

CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA: 1) 26530/2008-e, Licitação, 3ª ICE- Divisão de Auditoria; 2) 19230/2010-e, Tomada de Contas Especial, TERRACAP; 3) 17175/2015-e, Auditoria de Regularidade, VÁRIOS ÓRGÃOS ; 4) 28456/2018-e, Monitoramento de Decisões, SEPLAG; 5) 947/2020-e, Representação, Fundação Luís Eduardo Magalhães - FLEM; 6) 00600-00007958/2020-13-e, Denúncia, TCDF; 7) 00600-00008418/2020-49-e, Parcerias Público-Privadas e Concessões Comuns, DIASP2; 8) 00600-00005799/2021-95-e, Tomada de Contas Especial, SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. DETRAN-DF. ; 9) 00600-00007794/2021-05-e, Tomada de Contas Especial, Clarice Monteiro Nascimento. Ronaldo Siqueira de Brito. Empresa Avant Construções LTDA.; 10) 00600-00002090/2022-19-e, Admissão de Pessoal, Secretaria de Administração Penitenciária; 11) 00600-00006953/2022-27-e, Auditoria Realizada por Outros Órgãos, CGDF; 12) 00600-00007212/2022-63-e, Análise de Concessão, SIRAC; 13) 00600-00007890/2022-26-e, Tomada de Contas Especial, ECONTAS; 14) 00600-00011918/2022-20-e, Análise de Concessão, SIRAC; 15) 00600-00011922/2022-98-e, Análise de Concessão, SIRAC; 16) 00600-00012219/2022-05-e, Concessão - Análise Automatizada, SIRAC; 17) 00600-00012535/2022-79-e, Análise de Concessão, SIRAC; 18) 00600-00012672/2022-11-e, Concessão - Análise Automatizada, SIRAC; 19) 00600-00012864/2022-10-e, Análise de Concessão, SIRAC;

Sessão Administrativa Nº 1145

CONSELHEIRO ANTONIO RENATO ALVES RAINHA: 1) 877/2003-e, Estudos Especiais, DSG;

CONSELHEIRA ANILCÉIA LUZIA MACHADO: 1) 936/2012-e, Estudos Especiais, Divisão de Recursos Humanos; 2) 00600-00009791/2022-89-e, Edição de Normativo, TCDF; 3) 00600-00012582/2022-12-e, Plano Geral de Ação, TCDF; 4) 00600-00013428/2022-68-e, Edição de Normativo, TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF;

CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO: 1) 00600-00003328/2022-23-e, Estudos Especiais, ASSECON;

CONSELHEIRO ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA: 1) 33451/2014-e, Solicitações Diversas, Sebastião Baptista Affonso; 2) 00600-00011226/2021-09-e, Edição de Normativo, TCDF;

Sessão Reservada Nº 1439

CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO: 1) 00600-00007559/2020-44-e, Análise de Denúncia, Cidadão; 2) 00600-00004583/2022-93-e, Prestação de Contas, Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal ;

CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO: 1) 8620/2019-e, Representação, MPJTCDF; 2) 00600-00005639/2021-46-e, Representação, Deputado Distrital Leandro Grass;

CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA: 1) 00600-00003383/2020-51-e, Denúncia, Cidadãos; MPJTCDF; 2) 00600-00009679/2021-67-e, Denúncia, SEFIPE; 3) 00600-00007908/2022-90-e, Representação, MPCJTCDF; 4) 00600-00009326/2022-48-e, Representação, SEFIPE;

CONSELHEIRO ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA: 1) 00600-00012313/2021-75-e, Representação, Deputado Distrital Leandro Grass;

(*) Elaborado conforme o art 116, § 3º do RI/TCDF.

ACÓRDÃO Nº 439/2022

Ementa: Representação nº 1/2020 – G4P. Possíveis irregularidades relacionadas aos Termos de Fomento nº 115/2019 e 122/2019 firmados para realização do Réveillon Brasília 2020 e Réveillon da Prainha 2020. Aplicação de multa à responsável.

Processo TCDF: 9010/2020-e

Nome/Função/Período: Solimar Alves Mendonça (CPF: ***.242.101-**), Coordenadora de Promoção Cultural, de 7.5.19 até o presente momento.

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades: Atestar a análise financeira do projeto Réveillon da Prainha 2020 referente ao Termo de Fomento nº 115/2019.

Valor da multa aplicada à responsável: R\$ 1.739,13.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Manoel de Andrade, em:

I – com fundamento no art. 57, (incisos II), da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o art. 272, (incisos III), da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, aplicar à responsável a multa acima indicada;

II – fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento ao erário da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente nos termos do art. 272, § 5º, da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 1º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001, alertando o responsável indicado da possibilidade de incidência de encargos moratórios nos termos do art. 213 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 3º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

III – autorizar, desde logo, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, caso não atendidas as determinações.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 440/2022

Ementa: Representação nº 1/2020 – G4P. Possíveis irregularidades relacionadas aos Termos de Fomento nº 115/2019 e 122/2019 firmados para realização do Réveillon Brasília 2020 e Réveillon da Prainha 2020. Aplicação de multa ao responsável.

Processo TCDF: 9010/2020-e

Nome/Função/Período: Marco Antônio de Lima Silva Martins Mota (CPF: ***.093.204-**), Coordenador de Projetos e Eventos Especiais, de 7.5.19 a 20.4.20.

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades: Atestar a análise financeira do projeto Réveillon da Esplanada dos Ministérios 2020 e elaborar o Parecer Técnico referente ao Termo de Fomento nº 122/2019.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 5.000,00.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Manoel de Andrade, em:

I – com fundamento no art. 57, (incisos II), da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o art. 272, (incisos III), da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, aplicar ao responsável a multa acima indicada;

II – fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento ao erário da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente nos termos do art. 272, § 5º, da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 1º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001, alertando o responsável indicado da possibilidade de incidência de encargos moratórios nos termos do art. 213 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 3º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

III – autorizar, desde logo, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, caso não atendidas as determinações.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 441/2022

Ementa: Representação nº 1/2020 – G4P. Possíveis irregularidades relacionadas aos Termos de Fomento nº 115/2019 e 122/2019 firmados para realização do Réveillon Brasília 2020 e Réveillon da Prainha 2020. Aplicação de multa ao responsável.

Processo TCDF: 9010/2020-e

Nome/Função/Período: Pedro Paulo de Oliveira (CPF: ***.208.435-**), Subsecretário de Difusão e Diversidade Cultural, de 7.5.19 a 9.3.20.

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades: Aprovar o Parecer Técnico referente ao Plano de Trabalho do Termo de Fomento nº 115/2019 e o Parecer Técnico referente ao Plano de Trabalho do Termo de Fomento nº 122/2019, com sobrepreço em relação ao Pregão 14/2019.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 7.000,00.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Manoel de Andrade, em:

I – com fundamento no art. 57, (incisos II), da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o art. 272, (incisos III), da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, aplicar ao responsável a multa acima indicada;

II – fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento ao erário da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente nos termos do art. 272, § 5º, da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 1º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001, alertando o responsável indicado da possibilidade de incidência de encargos moratórios nos termos do art. 213 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 3º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

III – autorizar, desde logo, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, caso não atendidas as determinações.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 442/2022

Ementa: Representação nº 1/2020 – G4P. Possíveis irregularidades relacionadas aos Termos de Fomento nº 115/2019 e 122/2019 firmados para realização do Réveillon Brasília 2020 e Réveillon da Prainha 2020. Aplicação de multa ao responsável.

Processo TCDF: 9010/2020-e

Nome/Função/Período: Bartolomeu Rodrigues da Silva (CPF: ***.571.004-**), Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF, de 23.12.19 até o presente momento.

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades: Celebrar os Termos de Fomento nº 115/2019 e nº 122/2019 com sobrepreço em relação ao Pregão Eletrônico nº 14/2019, deixando de observar os princípios da economicidade e da eficiência.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 7.000,00.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Manoel de Andrade, em:

I – com fundamento no art. 57, (incisos II), da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o art. 272, (incisos III), da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, aplicar ao responsável a multa acima indicada;

II – fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento ao erário da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente nos termos do art. 272, § 5º, da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 1º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001, alertando o responsável indicado da possibilidade de incidência de encargos moratórios nos termos do art. 213 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 3º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

III – autorizar, desde logo, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, caso não atendidas as determinações.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 443/2022

Ementa: Representação nº 1/2020 – G4P. Possíveis irregularidades relacionadas aos Termos de Fomento nº 115/2019 e 122/2019 firmados para realização do Réveillon Brasília 2020 e Réveillon da Prainha 2020. Aplicação de multa ao responsável.

Processo TCDF: 9010/2020-e

Nome/Função/Período: Cristiano Vasconcelos da Silva (CPF: ***.689.594-**), Secretário Interino de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF, de 19.12.19 a 22.12.19.

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades: Cancelamento do Pregão Eletrônico nº 14/2019 sem a apresentação de justificativas suficientes e devidamente comprovadas nos autos.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 7.000,00.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Manoel de Andrade, em:

I – com fundamento no art. 57, (incisos II), da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o art. 272, (incisos III), da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, aplicar ao responsável a multa acima indicada;

II – fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento ao erário da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente nos termos do art. 272, § 5º, da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 1º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001, alertando o responsável indicado da possibilidade de incidência de encargos moratórios nos termos do art. 213 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 3º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

III – autorizar, desde logo, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, caso não atendidas as determinações.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 444/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual. Administração Regional de São Sebastião – RA XIV. Exercício financeiro de 2018. Contas julgadas regulares com ressalvas. Determinação. Quitação ao responsável.

Processo TCDF: 00600-00008647/2022-25-e

Nome/Função/Período: Raimundo da Silva (CPF: ***.688.173-**), Coordenador de Administração Regional, de 1º/1/18 a 4/9/18.

Órgão: Administração Regional de São Sebastião – RA XIV.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Moraes dos Santos.

Síntese das falhas/impropriedades: subitens 2.1 - Não atendimento das recomendações de ajustes em procedimentos e projeto básico, 2.2 - Falhas no planejamento e execução na realização de evento festivo e 2.3 - Falhas no acompanhamento da execução e no cumprimento de obrigações em contratos celebrados com a Funap/DF, todos do Relatório de Auditoria nº 10/21-DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF (e-DOC 9910254E), bem como falhas na gestão patrimonial, do Relatório SEI-GDF nº 04/19-RA-XIV/GAB/CIFPBMI (e-DOC 8D556870).

Determinação (Lei Complementar nº 01/94, art. 19): Determinação aos atuais gestores da RA XIV para que adotem as medidas necessárias para evitar a repetição das falhas apontadas nas ressalvas indicadas no item II, bem como para que registrem toda dispensa, instauração e processamento de tomada de conta especial no Sistema de Contas Eletrônicas – e-Contas, em cumprimento aos arts. 68 e 69 da Instrução Normativa-TCDF nº 03/21.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade instrutiva e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 17, inciso II, e 19, da Lei Complementar nº 01/94, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço, em face das mencionadas falhas e impropriedades, dando quitação ao responsável indicado, nos termos do art. 24, inciso II, da referida lei.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 445/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual. Administração Regional de São Sebastião – RA XIV. Exercício financeiro de 2018. Contas julgadas regulares com ressalvas. Determinação. Quitação ao responsável.

Processo TCDF: 00600-00008647/2022-25-e

Nome/Função/Período: Roberto Carlos Scheid Ninaut (CPF: ***.801.201-**), Administrador Regional, de 18/5/18 a 8/8/18.

Órgão: Administração Regional de São Sebastião – RA XIV.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Síntese das falhas/impropriedades: subitem 2.1 – Não atendimento das recomendações de ajustes em procedimentos e projeto básico, 2.2 – Falhas no planejamento e execução na realização de evento festivo e 2.3 – Falhas no acompanhamento da execução e no cumprimento de obrigações em contratos celebrados com a Funap/DF, todos do Relatório de Auditoria n.º 10/21-DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF (e-DOC 9910254E), bem como falhas na gestão patrimonial, do Relatório SEI-GDF n.º 04/19-RA-XIV/GAB/CIFPBMI (e-DOC 8D556870).

Determinação (Lei Complementar n.º 01/94, art. 19): Determinação aos atuais gestores da RA XIV para que adotem as medidas necessárias para evitar a repetição das falhas apontadas nas ressalvas indicadas no item II, bem como para que registrem toda dispensa, instauração e processamento de tomada de conta especial no Sistema de Contas Eletrônicas – e-Contas, em cumprimento aos arts. 68 e 69 da Instrução Normativa-TCDF n.º 03/21.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade instrutiva e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 17, inciso II, e 19, da Lei Complementar n.º 01/94, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço, em face das mencionadas falhas e impropriedades, dando quitação ao responsável indicado, nos termos do art. 24, inciso II, da referida lei.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 446/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual. Administração Regional de São Sebastião – RA XIV. Exercício financeiro de 2018. Contas julgadas regulares com ressalvas. Determinação. Quitação à responsável.

Processo TCDF: 00600-00008647/2022-25-e

Nome/Função/Período: Jamile Maria Pelles (CPF: ***.662.201-**), Coordenadora de Administração Regional, de 10/9/18 a 31/12/18.

Órgão: Administração Regional de São Sebastião – RA XIV.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Síntese das falhas/impropriedades: subitem 2.3 – Falhas no acompanhamento da execução e no cumprimento de obrigações em contratos celebrados com a Funap/DF, do Relatório de Auditoria n.º 10/21-DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF (e-DOC 9910254E) e falhas na gestão patrimonial, do Relatório SEI-GDF n.º 04/19-RA-XIV/GAB/CIFPBMI (e-DOC 8D556870).

Determinação (Lei Complementar n.º 01/94, art. 19): Determinação aos atuais gestores da RA XIV para que adotem as medidas necessárias para evitar a repetição das falhas apontadas nas ressalvas indicadas no item II, bem como para que registrem toda dispensa, instauração e processamento de tomada de conta especial no Sistema de Contas Eletrônicas – e-Contas, em cumprimento aos arts. 68 e 69 da Instrução Normativa-TCDF n.º 03/21.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade instrutiva e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 17, inciso II, e 19, da Lei Complementar n.º 01/94, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço, em face das mencionadas falhas e impropriedades, dando quitação à responsável indicada, nos termos do art. 24, inciso II, da referida lei.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 447/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual. Administração Regional de São Sebastião – RA XIV. Exercício financeiro de 2018. Contas julgadas regulares com ressalvas. Determinação. Quitação aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00008647/2022-25-e

Nome/Função/Período: Alexley Gonçalves Pires (CPF: ***.517.841-**), Administrador Regional, de 1.º.1.18 a 17.5.18 e Jean Carmo Barbosa (CPF n.º ***.708.841-**), Administrador Regional, de 10.8.18 a 31.12.18.

Órgão: Administração Regional de São Sebastião – RA XIV.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Síntese das falhas/impropriedades: subitem 2.3 – Falhas no acompanhamento da execução e no cumprimento de obrigações em contratos celebrados com a Funap/DF, do Relatório de Auditoria n.º 10/21-DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF (e-DOC 9910254E).

Determinação (Lei Complementar n.º 01/94, art. 19): Determinação aos atuais gestores da RA XIV para que adotem as medidas necessárias para evitar a repetição das falhas apontadas nas ressalvas indicadas no item II, bem como para que registrem toda dispensa, instauração e processamento de tomada de conta especial no Sistema de Contas Eletrônicas – e-Contas, em cumprimento aos arts. 68 e 69 da Instrução Normativa-TCDF n.º 03/21.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade instrutiva e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 17, inciso II, e 19, da Lei Complementar n.º 01/94, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço, em face das mencionadas falhas e impropriedades, dando quitação aos responsáveis indicados, nos termos do art. 24, inciso II, da referida lei.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 448/2022

Ementa: TCA. Secretaria de Estado de Comunicação do DF - SECOM. Exercício financeiro de 2018. Julgamento regular.

Processo TCDF: 00600-00008654/2022-27-e

Nome/Função/Período: Manoel Alves Viana (CPF: ***.366.601-**), Subsecretário de Administração Geral substituto, de 19/2 a 28/2/18, de 18/6 a 27/6/18 e de 3/12 a 12/12/18.

Órgão: Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal - SECOM.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator:

I - com fulcro no inciso I do art. 17 da Lei Complementar n.º 01/1994, em julgar regulares as contas em apreço;

II - em conformidade com os termos da Decisão nº. 50/1998 e com o disposto nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Complementar n.º 01/1994, em considerar quites com o erário distrital o responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 449/2022

Ementa: TCA. Secretaria de Estado de Comunicação do DF - SECOM. Exercício financeiro de 2018. Julgamento regular.

Processo TCDF: 00600-00008654/2022-27-e

Nome/Função/Período: Gabriel Garcia Almeida (CPF: ***.127.021-**), Secretário de Estado substituto, de 5/11 a 14/11/18.

Órgão: Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal - SECOM.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Moraes dos Santos.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator:

I - com fulcro no inciso I do art. 17 da Lei Complementar n.º 01/1994, em julgar regulares as contas em apreço;

II - em conformidade com os termos da Decisão n.º 50/1998 e com o disposto nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Complementar n.º 01/1994, em considerar quites com o erário distrital o responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 450/2022

Ementa: TCA. Secretaria de Estado de Comunicação do DF - SECOM. Exercício financeiro de 2018. Julgamento regular com ressalvas.

Processo TCDF: 00600-00008654/2022-27-e

Nome/Função/Período: Paulo Pereira dos Santos (CPF: ***.316.661-**), Subsecretário de Administração Geral, de 1º/1 a 31/12/18.

Órgão: Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal - SECOM.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Moraes dos Santos.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: a) subitem 2.1 (Realização de termos aditivos contratuais sem a devida comprovação de vantajosidade) do Relatório de Auditoria n.º 23/2020 – DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF, também indicado no Relatório de Contas n.º 25/2022 – CGDF/SUBCI/COAUC/DAESP; b) subitem 2.2 (Cotação de preços inválida para direcionamento na contratação de empresa não confiável: pesquisa de recall realizada sem validação) do Relatório de Auditoria n.º 23/2020 – DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF, também indicado no Relatório de Contas n.º 25/2022 – CGDF/SUBCI/COAUC/DAESP.

Determinações (LC/DF n.º 01/94, artigo 19): determinação aos atuais gestores da SECOM/DF, nos termos do art. 19 da LC n.º 1/1994, que adotem as medidas necessárias para correção das impropriedades apontadas nos subitens acima indicados, de modo a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes no futuro.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos artigos 17, II, 19 e 24, II, da Lei Complementar do DF n.º 01, de 09 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalvas as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 451/2022

Ementa: TCA. Secretaria de Estado de Comunicação do DF - SECOM. Exercício financeiro de 2018. Julgamento regular com ressalvas.

Processo TCDF: 00600-00008654/2022-27-e

Nome/Função/Período: Paulo César Castanheiro Coelho (CPF: ***.606.401-**), Secretário de Estado, de 1º/1 a 31/12/18.

Órgão: Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal - SECOM.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Moraes dos Santos.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: a) subitem 2.1 (Realização de termos aditivos contratuais sem a devida comprovação de vantajosidade) do Relatório de Auditoria n.º 23/2020 – DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF, também indicado no Relatório de Contas n.º 25/2022 – CGDF/SUBCI/COAUC/DAESP; b) subitem 2.2 (Cotação de preços inválida para direcionamento na contratação de empresa não confiável: pesquisa de recall realizada sem validação) do Relatório de Auditoria n.º 23/2020 – DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF, também indicado no Relatório de Contas n.º 25/2022 – CGDF/SUBCI/COAUC/DAESP.

Determinações (LC/DF n.º 01/94, artigo 19): determinação aos atuais gestores da SECOM/DF, nos termos do art. 19 da LC n.º 1/1994, que adotem as medidas necessárias para correção das impropriedades apontadas nos subitens acima indicados, de modo a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes no futuro.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos artigos 17, II, 19 e 24, II, da Lei Complementar do DF n.º 01, de 09 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalvas as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 452/2022

Ementa: Tomada de Contas Especial. Prejuízo verificado. Imputação solidária de débito. Contas julgadas irregulares. Recurso de Reconsideração. Provimento para o fim de tornar sem efeito o Acórdão n.º 197/2021, em virtude do reconhecimento da ocorrência da prescrição da pretensão de ressarcimento deste TCDF, conforme o disposto na Decisão Normativa n.º 5/2021.

Processo TCDF: 2280/2013-e

Nome/Função/Período: CEDIPE – Centro Nacional de Desenvolvimento da Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual (CNPJ n.º 05.651.314/0001-78) Antônio Henrique Severiano Bastos Segundo (CPF: ***.759.111-**), então gestor da CEDIPE.

Órgão: Secretaria de Estado de Educação - SEE/DF.

Relator: Conselheiro Renato Rainha.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Acórdão recorrido n.º: 197/2021, de 2.6.21.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro Renato Rainha, em acolher a preliminar de prescrição arguida pelo CEDIPI – Centro Nacional de Desenvolvimento da Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual e por Antônio Henrique Severiano Bastos Segundo nas alegações recursais e reconhecer prescritas as pretensões punitivas e ressarcitórias deduzidas neste processo, ante o disposto na Decisão Normativa n.º 5/2021, e, por via de consequência, tornar sem efeito o Acórdão n.º 197/2021.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 453/2022

Ementa: Tomada de Contas Especial – TCE. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito solidário às responsáveis.

Processo TCDF: 26358/2014-e

Responsáveis: Associação Cultural Ossos do Ofício – Confraria das Artes (CNPJ: 05.286.859/0001-22) e Marta Cristina Silva de Carvalho (CPF: ***.043.581-**).

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SECULT/DF.

Relator: Conselheiro Renato Rainha.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Moraes dos Santos.

Síntese de impropriedade(s)/falha(s) apurada(s): dano aos cofres distritais em decorrência de irregularidades verificadas na execução dos Convênios n.ºs 03/2011, 08/2011 e

09/2012, celebrados entre a então Secretaria de Estado de Cultura do DF – SECULT e a

Associação Cultural Ossos do Ofício – Confraria das Artes.

Débito solidário imputado às responsáveis: no valor de R\$ 852.076,12 (oitocentos e cinquenta e dois mil setenta e seis reais e doze centavos), atualizado em 20/9/22, na forma do art. 212 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, c/c a Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro Renato Rainha, em:

I – com fundamento no art.17, inciso III, alínea “c”, e art. 20 da Lei Complementar nº 1/1994, em julgar irregulares as contas em apreço;

II – nos termos do art. 20 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, condenar as responsáveis indicadas ao ressarcimento do débito solidário que lhes é imputado;

III – fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que as responsáveis solidárias comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento ao erário da quantia atualizada relativa ao débito imputado, alertando-as sobre a possibilidade de incidência de encargos moratórios nos termos do art. 213 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 3º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

IV – autorizar, desde logo, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, caso não atendidas as determinações.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Presidente da Sessão

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 454/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual – TCA. Administração Regional de Santa Maria – RA XIII. Exercício financeiro de 2016. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação aos responsáveis. Recomendações de providências corretivas.

Processo TCDF: 00600-00002204/2020-69-e

Nome/Função/Período: Nery Moreira da Silva (CPF: ***.687.561-**), Administrador Regional, de 1º.1 a 28.7.16; Anderson de Sousa Ferreira (CPF: ***.304.171-**), Coordenador de Administração Geral, de 1º.1 a 23.3.16; Keila Sousa Monteiro (CPF: ***.865.741-**), Coordenadora de Administração Geral, de 24.3 a 9.8.16; Hugo Gutemberg Correia Monteiro da Silva (CPF: ***.176.981-**), Administrador Regional, de 29.7 a 31.12/16 e José Ailton Rodrigues Araújo (CPF: ***.420.743-**), Coordenador de Administração Geral, de 10.8 a 31.12.16.

Órgão: Administração Regional de Santa Maria – RA XIII.

Relator: Conselheiro Renato Rainha.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedade(s)/falha(s) apurada(s): itens “1.2 – Diferenças entre serviços previstos/pagos e executados” e “1.4 – Justificativa impropriedade utilizada na formalização do termo aditivo”, ambos do Relatório de Inspeção nº 06/2019-DINOE; item “1.9 – Pagamentos indevidos relativos à proporcionalidade de cargo em comissão” do Relatório de Auditoria nº 02/2016- DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF; itens “1. Ativo – Saldos a regularizar”, 2. Passivo – Obrigações pendentes de regularização”, “3. Atos potenciais ativos diversos – Depósitos de cauções em espécie e contratos/convênios com prazo de vigência expirado com saldo a regularizar” e “4. Resultado – Saldos pendentes de regularização” do Relatório Contábil Anual; irregularidade apontada no Relatório de Bens Móveis nº 41/2017, atinente aos bens não localizados e que não tiveram, ainda, seu registro alterado no SISGEPAT, para o CÓDIGO 041.96.00.00.00/BENS NÃO LOCALIZADOS. Recomendações (LC/DF nº 1/94, art. 19): adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Renato Rainha, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalvas as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados, com recomendação de adoção de providências apontadas para correção daquelas impropriedades/falha identificadas.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 455/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual – TCA. Administração Regional de Santa Maria – RA XIII. Exercício financeiro de 2016. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00002204/2020-69-e

Nome/Função/Período: Otacílio da Silva Costa (CPF: ***.486.541-**), Administrador Regional substituto, de 6.1 a 15.1.16 e de 23.6 a 12.7.16; Guilherme Calhao Motta (CPF: ***.784.171- **), Administrador Regional substituto, de 17.10 a 26.10.16 e Ivaneide Alves de Assis (CPF: ***.149.111-**), Coordenadora de Administração Geral substituta, de 23.5 a 1º.6.16.

Órgão: Administração Regional de Santa Maria – RA XIII.

Relator: Conselheiro Renato Rainha.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro Renato Rainha, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 456/2022

Ementa: possível prejuízo decorrente de pagamento efetuado, sem cobertura contratual, à empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., relativo à locação e manutenção adaptativa para correção e continuidade do fornecimento de serviço de comunicação de dados, energia elétrica, climatização e adaptação de layout para o Datacenter Corporativo do GDF, no período de janeiro a dezembro de 2008. Decisão n.º 1.865/2019: contas julgadas irregulares e imputação de débito. Recursos de Reconsideração. Procedência. Tornar parcialmente sem efeito o Acórdão n.º 125/2019, de forma a excluir do rol de responsáveis os Srs. Paulo Blanco Barroso e Emerson Ferreira de Aguiar.

Processo TCDF: 11190/2010-e

Nome/Função/Período: Luiz Paulo Costa Sampaio (CPF: ***.627.807-**), Diretor-Presidente da extinta Agência de Tecnologia da Informação do DF - AGEMTI à época dos fatos e a empresa RE Engenharia Ltda., incorporadora da empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. (CNPJ: 00844597000150).

Órgão: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, atual Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF.

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Moraes dos Santos.

Acórdão recorrido: 125/2019

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: Sobrepreço verificado no pagamento realizado, por meio de reconhecimento de dívida, pela então Seplag/DF à empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., relativamente a serviços técnicos de locação com manutenções corretiva, preventiva e adaptativa de equipamentos de transmissão de dados, elétricos e eletrônicos, sistema de ar condicionado, de rede lógica e de rede elétrica de informática e de adequação de ambientes no espaço corporativo do DATACENTER-CETIC, no período de janeiro a dezembro de 2008.

Débito imputado aos responsáveis: a) Sr. Luiz Paulo Costa Sampaio (Diretor-Presidente da extinta Agência de Tecnologia da informação do DF - AGEMTI à época dos fatos), solidário até o montante de R\$ 2.630.360,51 (valor original) e b) empresa RE Engenharia Ltda., incorporadora da empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. solidário até o montante de R\$ 2.874.501,28 (valor original).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público que atua junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator recursal, em no mérito, dar provimento aos Recursos de Reconsideração interpostos pelo Sr. Paulo Blanco Barroso, por intermédio de seu representante legal, e pelo Sr. Emerson Ferreira de Aguiar, para reformar parcialmente a Decisão n.º 1.865/2019, de modo a excluir os citados recorrentes das responsabilidades que lhes foram atribuídas por meio do Acórdão n.º 125/2019.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro Manoel de Andrade.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente da Sessão

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 457/2022

Ementa: Tomada de Contas Especial - TCE. Objetivo: apurar possíveis irregularidades no recebimento de indenização de transporte na passagem para a inatividade do militar da PMDF Luiz Antônio da Anunciação. Argumentos improcedentes. Imputação de débito. Contas irregulares. Notificação. Recurso de Reconsideração. Tornar sem efeito o Acórdão n.º 148/2021 em virtude de prescrição da pretensão ressarcitória, nos termos da Decisão Normativa TCDF n.º 05/2021.

Processo TCDF: 26.016/2019-e

Responsável: Luiz Antônio da Anunciação (CPF: ***.470.791-**).

Órgão: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

Unidade Técnica: Núcleo de Recursos.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Acórdão recorrido: 148/2021.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro Inácio Magalhães Filho, em face da prescrição dos presentes autos em relação à pretensão ressarcitória, nos termos da Decisão Normativa TCDF n.º 05/2021, em tornar insubsistente o Acórdão n.º 148/2021 que condenou o responsável ao pagamento do débito no valor de R\$ 204.932,37 (atualizado até 18.08.2020).

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 458/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Administração Regional do Varjão – RA XXIII. Exercício de 2018. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação aos responsáveis. Recomendações de providências corretivas.

Processo TCDF: 00600-00008637/2022-90-e

Nome/Função/Período: Moisés do Espírito Santo Junior (CPF: ***.797.991-**), Administrador Regional, de 1º/1/18 a 31/12/18 e Jairo Ubiraci Baptista Salles Brandizzi (CPF:***.277.041-**), Coordenador de Administração Geral, de 1º/1/2018 a 23/4/18.

Órgão: Administração Regional do Varjão – RA XXIII

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: subitem 1.1 – deficiências em execução contratual, 1.3 – morosidade na atualização da situação patrimonial e classificação incorreta de ativos, e 1.4 – falha na guarda e disponibilização de informações referentes a fatos contábeis, do Relatório de Auditoria n.º 18/2021 – DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF, bem como o subitem 2.1 - elevada quantidade de programas de trabalho sem execução do Relatório de Contas n.º 35/2022–CGDF/SUBCI/COAUC/DACUG e ainda em relação ao subitem 1.2 – pagamento indevido decorrente de serviços não executados, do relatório de inspeção n.º 16/2018 – DINOE/COLES/SUBCI/CGDF e pelas falhas na movimentação, guarda, conservação, segurança e controle dos bens, inclusive sobre a confiabilidade do sistema de controle de materiais do Relatório da Comissão de Inventário de Material de Almoxarifado (e-DOC 178C91D5).

Determinações (LC/DF n.º 01/1994, art. 19): determinação aos atuais ordenadores de despesas, e demais responsáveis pela Administração Regional do Varjão – RA XXIII, a adoção de medidas corretivas visando à prevenção de outras impropriedades semelhantes no futuro.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro Inácio Magalhães Filho, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF n.º 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 459/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Administração Regional do Varjão – RA XXIII. Exercício de 2018. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação ao responsável. Recomendações de providências corretivas.

Processo TCDF: 00600-00008637/2022-90-e

Nome/Função/Período: José Maria Rodrigues de Souza (CPF: ***.053.501-**), Coordenador de Administração Geral, de 23/7/18 a 31/12/18.

Órgão: Administração Regional do Varjão – RA XXIII

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: subitem 1.1 – deficiências em execução contratual, 1.3 – morosidade na atualização da situação patrimonial e classificação incorreta de ativos, e 1.4 – falha na guarda e disponibilização de informações referentes a fatos contábeis, do Relatório de Auditoria n.º 18/2021 – DACIG/COAUC/SUBCI/CGDF, bem como o subitem 2.1 - elevada quantidade de programas de trabalho sem execução do Relatório de Contas n.º 35/2022–CGDF/SUBCI/COAUC/DACUG.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro Inácio Magalhães Filho, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF n.º 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 460/2022

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada em razão de possíveis prejuízos decorrentes de irregularidades na execução e prestação de contas referentes a ajustes firmados por órgãos e entidades do Distrito Federal com o Instituto Candango de Solidariedade - ICS. Cificação. Não recolhimento. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito. Notificação.

Processo TCDF: 2.655/2004-e

Responsáveis: Ronan Batista de Souza (CPF: ***.587.691-**), Presidente do ICS; Lázaro Severo Rocha (CPF: ***.508.061-**), 1º Vice-Presidente e Manoel Pereira de Lucena (CPF: ***.720.981-**), 2º vice-Presidente.

Órgão: Secretaria de Estado de Governo – SEG/DF.

Relator: Conselheiro Márcio Michel.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese das impropriedades apuradas: Prejuízo causado pelas irregularidades nos Contratos de Gestão n.ºs 1/2001, 1/2002 e 1/2003, celebrados entre a Secretaria de Estado de Governo do DF e o Instituto Candango de Solidariedade, referentes à cobrança de taxa de administração nos exercícios de 2001 a 2003.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, em:

I - com fundamento no art. 17, inc. III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994, julgar irregulares as contas em apreço, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inc. III, e 26 do mesmo diploma legal;

II - com fundamento no art. 20 da Lei Complementar nº 1/1994, condenar solidariamente os responsáveis acima indicados a recolherem aos cofres do Distrito Federal o débito no valor de R\$ 18.723.949,55 (valor original);

III - fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Distrito Federal, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado (art. 59 da Lei Complementar nº 1/1994);

IV. autorizar, desde logo, a cobrança do débito, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/1994, caso a medida prevista no item anterior não surta o efeito esperado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 461/2022

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apuração de responsabilidade pelo prejuízo causado ao Erário Distrital em razão do recebimento de valores indevidos. Cientificação. Não recolhimento. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito. Notificação

Processo TCDF: 3349/2020-e

Responsável: empresa CONDOR – Transportes Urbanos Ltda. (CNPJ: 00.647.289/0001-35).

Órgão: Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, atual Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB.

Relator: Conselheiro Márcio Michel.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Síntese das irregularidades apuradas: Prejuízo causado ao erário distrital decorrente do recebimento de valores derivados de ressarcimentos indevidos de passagens rodoviárias urbanas de usuários de cartões tipo vale-transporte, nos termos da Matriz de Responsabilização (e-DOC 8F2B57C5-e).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, em:

com fundamento no art. 17, inc. III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 1/1994, julgar irregulares as contas em apreço, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inc. III, e 26 do mesmo diploma legal;

II. com fundamento no art. 20 da Lei Complementar nº 1/1994, condenar empresa CONDOR – Transportes Urbanos Ltda. a recolher aos cofres do Distrito Federal o valor de R\$ 137.025,52 (atualizado em 06/09/2022);

III. fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que a responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Distrito Federal, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado (art. 59 da Lei Complementar nº 1/1994);

IV. autorizar, desde logo, a cobrança do débito, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/1994, caso a medida prevista no item anterior não surta o efeito esperado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 462/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual - TCA. Administração Regional do Paranoá – RA-VII. Exercício de 2018. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00008638-2022-34-e

Nome/Função/Período: Eduardo Rodrigues da Silva (CPF: ***.800.907-**), Administrador Regional, de 4.5 a 31.12.18; Elias Penha Pereira (CPF: ***.562.183-**), Coordenador de Administração Geral, de 1º.1 a 2.9.18 e Luiz Ferreira Martins (CPF: ***.093.741-**), Coordenador de Administração Geral, de 5.10 a 31.12.18.

Órgão: Administração Regional do Paranoá – RA-VII.

Relator: Conselheiro Márcio Michel.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Falhas e impropriedades: subitens 1.1- Ausência de elemento necessário e suficiente no projeto básico; 1.2- Ausência de registros dos deslocamentos realizados pelos reeducandos; 1.3- Ausência de realização das avaliações de desempenho previstas no projeto básico; 1.4- Detalhamento insuficiente dos serviços no relatório de execução e 1.5 - Ausência de relatórios de execução, todos do Relatório de Auditoria nº 30/2020 - DACIG (fls. 02/12 fls. e-DOC. F7354284- e).

Determinações (LC/DF n.º 01/1994, art. 19): Determinar aos atuais ordenadores de despesas e demais responsáveis pela Administração Regional do Paranoá – RA-VII que adotem as medidas necessárias com vistas a evitar a ocorrência de impropriedades semelhantes às indicadas acima nas futuras contas anuais.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, assim como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, com fundamento nos arts. 17, II, e 19, da Lei Complementar 1/1994, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço, em face das mencionadas impropriedades, dando quitação aos indicados, nos termos do art. 24, II, da referida lei.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 463/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual - TCA. Administração Regional do Paranoá – RA-VII. Exercício de 2018. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00008638-2022-34-e

Nome/Função/Período: Sévulo José Filho (CPF: ***.614.321-**), Administrador Regional respondendo, de 1º.1 a 3.5.18; Daniele Olímpia Soares Silva (CPF: ***.039.071-**), Administradora Regional substituta, de 10.9 a 16.10.18; Maurício Alves de Sousa (CPF: ***.962.851-**), Coordenador de Administração Geral substituto, de 4.9 a 20.9.18 e Márcia Patrício de Oliveira (CPF: ***.634.201-**), Coordenadora de Administração Geral substituta, de 21.9 a 4.10.18.

Órgão: Administração Regional do Paranoá – RA-VII.

Relator: Conselheiro Márcio Michel.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, assim como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar 1/1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 464/2022

Ementa: Prestação de Contas Anual. Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - Inas/DF. Exercício de 2018. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.

Processo TCDF: 00600-00012494/2021-30-e

Nome/Função/Período: João Evangelista de Carvalho (CPF: ***.221.841-**), Diretor Técnico Administrativo, de 11.9 a 31.12.18.

Órgão: Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - Inas/DF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro André Clemente, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCD: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 465/2022

Ementa: Prestação de Contas Anual. Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - Inas/DF. Exercício de 2018. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.

Processo TCD: 00600-00012494/2021-30-e

Nome/Função/Período: Carlos Leandro de Oliveira (CPF: ***.505.381-**), Diretor Técnico Administrativo, de 1º.1 a 11.9.18.

Órgão: Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - Inas/DF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro André Clemente, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCD: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 466/2022

Ementa: Prestação de Contas Anual. Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - Inas/DF. Exercício de 2018. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.

Processo TCD: 00600-00012494/2021-30-e

Nome/Função/Período: Luiz Alberto Gomes Grande (CPF: ***.994.530-**), Presidente, de 1º.1 a 31.12.18.

Órgão: Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - Inas/DF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro André Clemente, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCD: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 467/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual - TCA. Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, referente ao exercício financeiro de 2021. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.

Processo TCD: 00600-0005108/2022-34-e

Nome/Função/Período: Gladys Linhares Muniz Fontes (CPF: ***.838.791- **), Subsecretária de Administração Geral substituta da Defensoria Pública do Distrito Federal, de 13.5 a 27.5.21 e de 13.10 a 27.10.21

Órgão: Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro André Clemente, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena ao responsável indicada.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCD: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 468/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual - TCA. Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, referente ao exercício financeiro de 2021. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.

Processo TCD: 00600-0005108/2022-34-e

Nome/Função/Período: Febo Câmara Gonçalves (CPF: ***.203.111-**), Subsecretário de Administração Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal, de 1º.1 a 31.12.21.

Órgão: Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro André Clemente, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCD: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 469/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual - TCA. Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF e Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF, referente ao exercício financeiro de 2021. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.

Processo TCD: 00600-0005108/2022-34-e

Nome/Função/Período: Leonardo Melo Moreira (CPF: ***.370.557-**) Defensor Público Geral substituto e Gestor substituto do Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Distrito Federal, de 17.11 a 19.11.2021 e de 23.11 a 24.11.21.

Órgão: Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF e Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro André Clemente, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCD: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 470/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual - TCA. Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF e Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF, referente ao exercício financeiro de 2021. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.

Processo TCDF: 00600-0005108/2022-34-e

Nome/Função/Período: João Carneiro Aires (CPF: ***.536.571-**), Defensor Público Geral substituto e Gestor substituto do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal, de 21.1 a 31.1.21, de 8.2 a 14.2.21, de 26.7 a 4.8.21, 11.10.21, 8.11.21, de 8.12 a 9.12.21 e de 20.12 a 31.12.21.

Órgão: Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF e Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro André Clemente, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 471/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual - TCA. Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF e Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF, referente ao exercício financeiro de 2021. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.

Processo TCDF: 00600-0005108/2022-34-e

Nome/Função/Período: Dannel Vargas de Siqueira Campos (CPF: ***.048.361-**), Defensor Público Geral substituto e Gestor substituto do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal, de 1º.1 a 6.1.21, de 7.1 a 8.1.21, 11.1, de 12.1 a 20.1.21 e de 1º.2 a 7.2.21.

Órgão: Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF e Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro André Clemente, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 472/2022

Ementa: Tomada de Contas Anual - TCA. Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF e Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF, referente ao exercício financeiro de 2021. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.

Processo TCDF: 00600-0005108/2022-34-e

Nome/Função/Período: Maria José Silva Souza de Napolis (CPF: ***.403.712-**), Defensora Pública Geral e Gestora do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal, de 1º.1 a 31.12.21.

Órgão: Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF e Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Danilo Morais dos Santos.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro André Clemente, com fundamento nos arts. 17, I, e 24, I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena à responsável indicada.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 473/2022

Ementa: Tomada de Contas Especial. Imputação de débito (Decisão n.º 513/20 e Acórdão n.º 53/20, exarados no Processo n.º 13.596/13). Ressarcimento. Quitação plena à responsável.

Processo TCDF: 00600-0006626/2022-75-e

Nome/Função/Período: Célia Maria Marques (CPF: ***.095.031-**), Executora do Convênio nº 59/08.

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Controle Externo.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro André Clemente, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação à responsável indicada, em face do recolhimento da multa que lhe foi aplicada por meio da Decisão n.º 513/20-CPT e Acórdão nº 53/20, no Processo nº 13.596/13.

ATA da Sessão Ordinária nº5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador Danilo Morais dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

ANDRE CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 474/2022

Ementa: Tomada de Contas Especial - TCE. Objetivo: apurar o possível prejuízo decorrente da ausência de ressarcimento da cessão da empregada Darlene Pereira Vazquez, no período de novembro de 2000 a fevereiro de 2003 ao Estado de Roraima. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito.

Processo TCDF: 18799/2010-e

Responsável: Estado de Roraima (CNPJ n.º 84.012.012/0001-26).

Órgão: CEB Distribuição S.A. - CEB-D

Relator: Conselheiro Márcio Michel.

1º Revisor: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

2º Revisor: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: ausência de ressarcimento ao Distrito Federal dos valores pagos pela cessão da empregada Darlene Pereira Vazquez, no período de novembro de 2000 a fevereiro de 2003.

Débito imputado ao responsável: R\$ 439.799,54 (calculado até 28.5.18), acrescido de atualização monetária, até a data da efetiva liquidação do débito.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade instrutiva e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Revisor deste feito, com fundamento nos arts. 17, inciso III, alínea "c" da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar irregulares as contas em apreço e condenar o Estado de Roraima a recolher ao erário distrital o valor que lhe é imputado, acrescido de atualização monetária, conforme consta das disposições do artigo 212 do RITCDF c/c os da Lei Complementar n.º 435/2001 até o dia do efetivo ressarcimento do dano, bem como

determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos artigos 24, inciso III, 26, 27 e 29, do mesmo diploma legal.

ATA da Sessão Ordinária nº 5322, de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: maioria, vencido o Relator Conselheiro Márcio Michel.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador Danilo Moraes dos Santos.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Revisor

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 475/2022

Ementa: Tomada de Contas Especial - TCE. Objetivo: apurar irregularidades na contratação da empresa MRM Informática e Representações Ltda., por inexigibilidade de licitação, pela Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal – Secom/DF, para prestação de serviços de digitalização de recortes de jornal e gravação em CD-ROM. Decisão nº 5.238/2018: julgamento das contas. Recursos de Reconsideração. Parcial procedência. Redução do valor do prejuízo. Tornar sem efeito o Acórdão nº 373/2018.

Processo TCDF: 26065/2005-e

Nome/Função/Período: Rubens Gomes Carneiro Filho (CPF: ***.953.621-**), sócio da extinta MRM informática e Representação Ltda.

Órgão: Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal – SECOM.

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

Unidade Técnica: Núcleo de Recursos.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: sobrepreço apurado nos serviços executados por meio do Contrato de Prestação de nº 12/1999-SCS, celebrado entre a empresa MRM Informática e Representação Ltda. e a então Secretaria de Estado de Comunicação Social. Débito imputado ao responsável: R\$ 356.632,13 (atualizado até 16.10.2019).

Acórdão recorrido: 373/2018.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público que atua junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Recursal, em no mérito, dar parcial provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo representante legal dos Srs. Luís Marcelo de Souza Brettas e Marcelo Wagner de Oliveira Brito e da Sra. Feijolita Maria de Souza Brettas, para reformar a Decisão nº 5.238/2018, pelas razões expostas nos parágrafos 99/106 da Informação nº 266/2019 – NUREC, de modo a reduzir os valores imputados a título de débito, estendendo os efeitos para o Sr. Rubens Gomes Carneiro Filho, notificando-os, para que, em 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento do débito indicado, autorizando, desde já, a aplicação do disposto no artigo 29 da referida Lei Complementar nº 01/1994, caso não haja manifestação dos interessados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5322 de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Paulo Tadeu, Renato Rainha, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 476/2022

Ementa: Tomada de Contas Especial - TCE. Objetivo: apurar irregularidades na contratação da empresa MRM Informática e Representações Ltda., por inexigibilidade de licitação, pela Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal – Secom/DF, para prestação de serviços de digitalização de recortes de jornal e gravação em CD-ROM. Decisão nº 5.238/2018: julgamento das contas. Recursos de Reconsideração. Parcial procedência. Redução do valor do prejuízo. Tornar sem efeito o Acórdão nº 373/2018.

Processo TCDF: 26065/2005-e

Responsáveis: Feijolita Maria de Souza Brettas (CPF: ***.586.731-**), Luís Marcelo de Souza Brettas (CPF: ***.309.101-**), Marcelo Wagner de Oliveira Brito (CPF: ***.153.416-**), sócios da extinta MRM informática e Representação Ltda.

Órgão: Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal – SECOM.

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

Unidade Técnica: Núcleo de Recursos.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: sobrepreço apurado nos serviços executados por meio do Contrato de Prestação de nº 12/1999-SCS, celebrado entre a empresa MRM Informática e Representação Ltda. e a então Secretaria de Estado de Comunicação Social. Débito imputado solidariamente aos responsáveis: R\$ 1.292.152,49 (atualizado até 16.10.2019).

Acórdão recorrido: 373/2018.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público que atua junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do

voto proferido pelo Relator Recursal, em no mérito, dar parcial provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo representante legal dos Srs. Luís Marcelo de Souza Brettas e Marcelo Wagner de Oliveira Brito e da Sra. Feijolita Maria de Souza Brettas, para reformar a Decisão nº 5.238/2018, pelas razões expostas nos parágrafos 99/106 da Informação nº 266/2019 – NUREC, de modo a reduzir os valores imputados a título de débito, estendendo os efeitos para o Sr. Rubens Gomes Carneiro Filho, notificando-os, para que, em 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento do débito indicado, autorizando, desde já, a aplicação do disposto no artigo 29 da referida Lei Complementar nº 01/1994, caso não haja manifestação dos interessados. Tornar sem efeito o acórdão 373/2018.

ATA da Sessão Ordinária nº 5322 de 23 de novembro de 2022.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Paulo Tadeu, Renato Rainha, Inácio Magalhães Filho, André Clemente e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 5322

Aos 23 dias de novembro de 2022, às 15 horas, reuniram-se por videoconferência, em conformidade com o art. 1º, § 2º, da Resolução nº 331, de 27.03.2020, os Conselheiros MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, ANTONIO RENATO ALVES RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA e ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA, o representante do Ministério Público junto ao Tribunal, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, e o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU VALE DA SILVA, que, verificada a existência de quórum (art. 81 do RI/TCDF), declarou aberta a Sessão Ordinária nº 5322, do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Ausente, por motivo justificado, a Conselheira ANILCÉIA LUZIA MACHADO.

EXPEDIENTE

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 5321, Administrativa nº 1142 e Reservada nº 1436, todas de 16.11.2022.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Tribunal do seguinte:

- Ofício-Circular nº 48/2022, do gabinete da Presidência, comunicando que o Conselheiro RENATO RAINHA exercerá, cumulativamente, as funções de seu Gabinete e as do Gabinete da Conselheira ANILCÉIA MACHADO, no período de 21 a 30.11.2022.

- Ofício nº 022/2022, do gabinete da Conselheira Anilcéia Machado, comunicando que a titular daquele gabinete compensará 10 dias trabalhados durante o recesso regimental a contar de 21.11.2022.

- Ofício nº 773/2022, do gabinete da Procuradoria-Geral, comunicando que o Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA usufruirá 7 dias de férias, no período de 05 a 11.12.2022.

- Ofício nº 760/2022, do gabinete da Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, comunicando que o Procurador DANILO MORAIS DOS SANTOS participará do XI Fórum Nacional do Ministério Público de Contas, no período de 07 a 09.12.2022, em Fortaleza/CE.

- Comunicações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal encaminhando à Corte as decisões proferidas no Agravo Interno no Mandado de Segurança nº 0740267-69.2021.8.07.0000 impetrado pela Aerotech do Brasil Soluções em Tecnologia Ltda., e na Reclamação nº 0736679-20.2022.8.07.0000 formulada ao TJDF pela Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, arguindo afronta a decisão proferida pelo Conselho Especial no julgamento de ADI que teve por procedente a ação popular questionando ilegalidade em contrato de concessão de direito real de uso de imóvel, celebrado com a TERRACAP.

DESPACHO SINGULAR

Despacho(s) Singular(es) incluído(s) nesta ata em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 3º da Portaria nº 126/2002-TCDF.

CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Auditoria de Desempenho/Operacional: PROCESSO Nº 22639/2012-e - Despacho Singular Nº 382/2022, Denúncia: PROCESSO Nº 12646/2006-e - Despacho Singular Nº 384/2022, Tomada de Contas Especial: PROCESSO Nº 16469/2012-e - Despacho Singular Nº 385/2022, Representação: PROCESSO Nº 00600-00010405/2022-00-e - Despacho Singular Nº 386/2022, Auditoria de Regularidade: PROCESSO Nº 29565/2013-e - Despacho Singular Nº 387/2022, Consulta: PROCESSO Nº 00600-00010972/2022-58-e - Despacho Singular Nº 388/2022, Representação: PROCESSO Nº 00600-00006831/2022-31-e - Despacho Singular Nº 389/2022, Representação: PROCESSO Nº 00600-00007214/2022-52-e - Despacho Singular Nº 390/2022, Aposentadoria: PROCESSO Nº 2060/2015-e - Despacho Singular Nº 391/2022.

CONSELHEIRO ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Tomada de Contas Especial: PROCESSO Nº 30998/2011-e - Despacho Singular Nº 504/2022, Parcerias Público-Privadas e Concessões Comuns: PROCESSO Nº 00600-00000288/2021-87-e - Despacho Singular Nº 503/2022, Denúncia: PROCESSO Nº 00600-00006544/2021-40-e - Despacho Singular Nº 505/2022, Inspeção: PROCESSO Nº 11574/2019-e - Despacho Singular Nº 501/2022, Tomada de Contas Especial: PROCESSO Nº 1304/2004-e - Despacho Singular Nº 502/2022, Auditoria de